

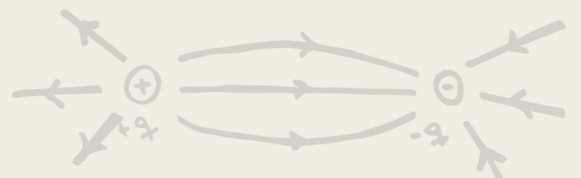
meSalva!



## CULTURA



AFIXOS  
CONTROLADO →  
MENTE  
SUFIXO  
CAFETERIA  
SINAL DE  
REGIÇÃO



MÓDULOS CONTEMPLADOS

- ✓ CLID – Cultura e Identidade
- ✓ ANTR – Antropologia
- ✓ DVCL – Patrimônio Cultural, Diversidade Cultural e Apropriação Cultural
- ✓ ICCM – Indústria Cultural e Cultura de Massa
- ✓ SPCL – Sociologia na Prática IV - Cultura



meSalva!

CURSO

EXTENSIVO 2017

DISCIPLINA

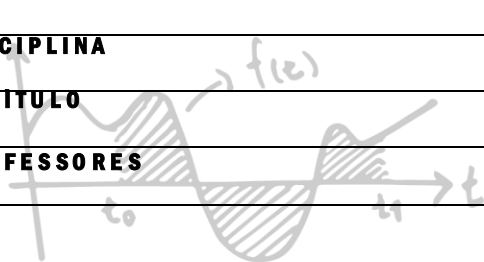
SOCIOLOGIA

CAPÍTULO

CULTURA

PROFESSORES

CAETANO SORDI



## CULTURA

### O QUE É CULTURA?

Todos os dias, nas mais diversas situações, ouvimos expressões como: “isto é cultural”, “fulano é uma pessoa culta”, “a cultura brasileira é alegre”, “tal grupo social não tem cultura”, “as instituições culturais precisam de mais investimento”, etc. No entanto, poucos são os momentos em que realmente refletimos sobre o verdadeiro significado e as implicações sociais envolvidos na ideia de “cultura”. A seguir, discutiremos alguns dos usos mais frequentes deste termo e suas origens históricas, bem como seu uso técnico por uma disciplina científica em particular: a **Antropologia Social** ou **Cultural**.

### ORIGENS DO CONCEITO DE CULTURA

Originalmente, o termo “cultura” provém do verbo em latim *cultivare*, relacionado à agricultura e à criação de animais. Foi somente em finais da Idade Média, mais precisamente na transição desta para a Idade Moderna (séculos XIII - XV), que o conceito passou a ser aplicado, metaforicamente, ao “cultivo” da mente, do intelecto e do espírito. Ou seja, a “cultura” como **refinamento** e **esclarecimento pessoal**, baseado no acúmulo de conhecimentos herdados pela tradição.

Durante o Renascimento e a Idade Barroca (séculos XIII - XVI), as sociedades europeias passaram a valorizar cada vez mais o conhecimento, a ilustração individual e o uso autônomo da razão, de maneira que a ideia de “cultura” passou a significar não apenas o acúmulo de conhecimentos por parte de um sujeito ou indivíduo, mas a **totalidade dos saberes, obras artísticas, fatos históricos, arquitetônicos e políticos de uma sociedade**. Em suma, “cultura” passou a significar o legado material e imaterial de uma coletividade, suas referências morais e intelectuais, seu estilo estético e político, sua “marca” na história, por assim dizer.

No campo do legado **material**, podemos citar os edifícios e estilos arquitetônicos característicos de cada sociedade, seus objetos técnicos, ferramentas, roupas e adereços corporais. Já no campo do legado imaterial, podemos citar os mitos, as crenças religiosas, os sistemas morais e políticos de regulação da vida social, assim como os códigos jurídicos e penais, sem falar, evidentemente, dos modos nativos de classificação da natureza e conhecimentos sobre o meio ambiente.

Posteriormente, ao longo do século XVIII, os pensadores ligados ao Iluminismo associaram a ideia de “cultura” à ideia de “civilização” através do conceito de “progresso”. Neste sentido, filósofos como Jean Jacques Rousseau e Denis Diderot, na França, e Immanuel Kant, na Alemanha, acreditavam que quanto mais ilustrados (“cultos”) fossem os indivíduos de uma sociedade, mais civilizada esta coletividade seria, ou seja, mais evoluída e refinada em termos de seus conhecimentos sobre a natureza e o universo, seus valores morais e artísticos, organizações sociais e políticas. Era comum, por isso, que estes pensadores vissem as sociedades indígenas e não europeias como “atrasadas” e “primitivas”, às quais caberia à civilização europeia resgatar de seu estado de “selvageria” e “barbárie”.

Foi somente a partir do Romantismo, em meados dos séculos XVIII e XIX, que a ideia de **culturas múltiplas ou particulares** passou a ser aceita nos círculos científicos e intelectuais. Assim, em

contraste com o **universalismo** dos Iluministas, os românticos entendiam que cada povo possuía uma cultura **particular**, um modo próprio de educar e formar seus indivíduos de acordo com sua própria história e seu próprio meio natural. Para os românticos, portanto, a cultura se apresentava como o “espírito de um povo” (em alemão, seu *Volksgeist*): algo como o elemento imaterial (mental e emocional) que animava seus feitos e criações, conferindo-lhes **identidade, unicidade e particularidade**.



Além disso, os pensadores da tradição alemã salientaram um dos aspectos mais importantes do conceito contemporâneo de cultura: sua oposição à natureza. Neste sentido, a “cultura” passou a ser compreendida como o **construído e apreendido** em contraste com o **dado ou herdado biologicamente**.

## O CONCEITO ANTROPOLÓGICO DE CULTURA

Dentre as Ciências Humanas, a disciplina que mais se especializou em estudar a cultura ou os fenômenos culturais ao longo do tempo é a **Antropologia Cultural** ou **Social**. A palavra “antropologia” deriva do grego *anthropos*, que quer dizer “homem” (no sentido de espécie, e não de sexo) ou “humano”.

Ao contrário de outros ramos da Antropologia, que estudam o ser humano como entidade biológica e espécie natural, a Antropologia Cultural ou Social se especializou no estudo do ser humano como um animal produtor de **sistemas simbólicos**, isto é, como um ser enredado desde o seu nascimento **em uma tela de significados** que é: (1) **socialmente construída**; (2) **que dá sentido ao mundo e molda os comportamentos de acordo com padrões específicos**.

Logo, para os antropólogos, a cultura de cada pessoa confunde-se com esta “teia” ou “filtro” de significados herdados pela tradição, apesar de seu caráter mutável e transformável ao longo do tempo. Neste sentido, poderíamos compreender a cultura como um grande repositório de símbolos, valores, padrões, etc., através dos quais organizamos nossa vida, e que nos permitem, na grande maioria dos casos, dotar o mundo e nossas vivências de significado, assim como estabelecer relações sociais duráveis e estáveis com outros indivíduos que compartilham deste mesmo “filtro” ou “teia”.

Além disso, os antropólogos entendem que a **cultura sempre se declina no plural**. Isto porque, embora todos os seres humanos sejam dotados da capacidade de produzir cultura e se orientar culturalmente, a expressão dessa capacidade varia conforme o tempo e o espaço. Assim, podemos falar de diferentes culturas interagindo e trocando influências umas com as outras, bem como de conflitos culturais entre gerações de uma mesma sociedade (no que diz respeito aos papéis de gênero e o lugar de homens e mulheres na estrutura social, por exemplo).

Sob outro aspecto, os antropólogos enfatizam a interdependência entre fatores naturais e fatores culturais sobre o comportamento de indivíduos e sociedades. Quanto a isso, entendem que aquilo que fazemos possui um aspecto biológico e instintivo e um aspecto cultural e histórico em permanente associação. Dizendo de outra maneira, parte do que somos provém do processo, da evolução natural e da nossa interação como organismos biológicos em um ecossistema. Outra parte, no entanto, surge do processo social de aprendizado e transformação cultural que se dá em um ambiente construído.

Por exemplo: a necessidade de se alimentar ou de se abrigar (do frio, do calor, da chuva, etc.) é algo natural do ser humano. Se não o fazemos, morremos – ou, no mínimo, ficamos severamente debilitados. No entanto, o **modo** como nos alimentamos e nos vestimos é construído socialmente dentro de uma tradição, baseado em valores e representações sobre o puro e o impuro, o masculino e o feminino, entre outras formas de classificação e ordenação da realidade.

Ora, não há qualquer razão natural para que meninos prefiram a cor azul e meninas prefiram a cor rosa, mas isto parece “natural” para grande parte da nossa sociedade porque o aprendizado cultural do significado das cores ocorre desde cedo, formatando nossa apreciação visual, valores estéticos e preferências de gênero. Da mesma maneira, causa estranhamento a muitos ocidentais o hábito de alguns povos asiáticos e africanos comerem cachorros, cujo estatuto moral em nossas sociedades é quase o de membros da família. Por outro lado, comer carne de vaca provoca o mesmo tipo de sentimento entre os praticantes da religião hindu, que consideram este animal sagrado e evitam seu consumo.

Por fim, ao contrário do que normalmente ocorre no senso comum, os antropólogos já deixaram há muito tempo de acreditar que podemos falar de culturas “superiores” ou “inferiores”. Quando muito, podemos falar de culturas de maior ou menor escala demográfica (a cultura norte-americana em contraste com a cultura dos índios bororo do Brasil Central, por exemplo), com maior ou menor sofisticação de seu aparato técnico. Não raro, culturas aparentemente muito simples do ponto de vista tecnoeconômico, que para nossos padrões viveriam apenas para sua subsistência, possuem sistemas de parentesco e estruturas mitológicas muito complexas, cuja lógica interna exige dos antropólogos auxílio de matemáticos e computadores de alta precisão para ser decifrada.

A seguir, veremos como todos estes pressupostos são empregados pelos antropólogos no estudo dos fenômenos culturais.

## COMO SE ESTUDAM OS FENÔMENOS CULTURAIS?

Já vimos que a “cultura” explica muitas coisas sobre o modo que vivemos e nos organizamos em sociedade. No entanto, simplesmente dizer que algo é “cultural” não basta. É preciso explicar **como** a cultura condiciona nossos comportamentos e influencia nossas opiniões e decisões, assim como é preciso entender: (1) porque há tantas culturas diferentes no mundo, dando respostas diferentes aos mesmos problemas humanos fundamentais (nutrição, reprodução, organização social, aplicação da justiça, distribuição dos recursos, explicações sobre o funcionamento das coisas, etc.); e (2) como a cultura se transforma e se adapta ante fenômenos como a mudança histórica, a passagem das gerações e o contato com outras culturas e sociedades.

Desde já, coloca-se um paradoxo: como bem relembra o antropólogo norte-americano Roy Wagner, é comum que os antropólogos estudem e descrevam culturas que, muitas vezes, não entendem a si próprias como “culturas”. Neste sentido, um dos pressupostos da pesquisa antropológica é a ideia de que todas as culturas possuem algum grau de **etnocentrismo**, isto é, a ideia de que os padrões e valores da sua própria cultura são os mais “normais” e/ou afinados com o estado normal das coisas, sendo os hábitos e crenças dos outros avaliados como melhores ou piores a partir da régua nativa.

Como nem o antropólogo está livre das armadilhas do etnocentrismo – mesmo que encaremos os hábitos dos outros com muita boa vontade, sempre nos parecerá indigesto comer cachorro! –, recomenda-se que toda pesquisa cultural se pautem pela **relativização metodológica**; em outras palavras, por um exercício consciente de tentar se colocar no lugar do outro, de tentar enxergar o mundo pelas lentes da cultura estudada. Nestes termos, uma boa pergunta antropológica seria: como é se sentir na pele de alguém que faz habitualmente algo que para mim é a coisa mais estranha do mundo? Ou mais concretamente: que crenças e representações sobre a alimentação e o estatuto moral dos animais um indivíduo que come cachorros precisa ter para que isso lhe pareça natural?

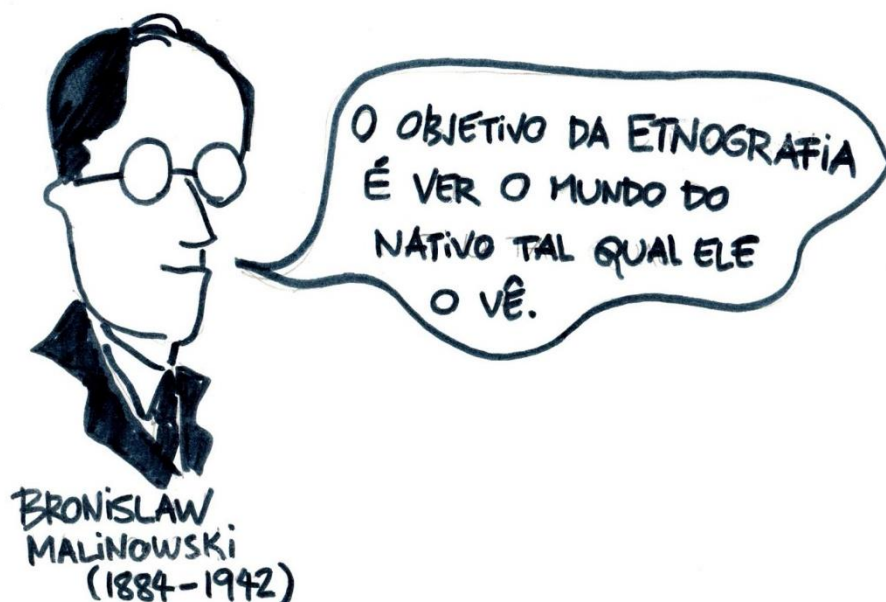
## A ETNOGRAFIA – MÉTODO PRÓPRIO PARA SE ESTUDAR A CULTURA ALHEIA

Nos primórdios da disciplina, os primeiros antropólogos estudavam a distância as culturas de que falavam. Na maior parte das vezes, sentados em seus confortáveis gabinetes universitários e valendo-se de relatos indiretos produzidos por missionários, autoridades coloniais e viajantes de diversas naturezas. Através destes relatos, produziam escalas especulativas de desenvolvimento cultural nos quais as diferentes sociedades eram classificadas em níveis crescentes de sofisticação civilizacional, indo da “selvageria” à “civilização”, passando pelo estágio intermediário da “barbárie”.

O grande problema desta abordagem, conhecida como **evolucionismo cultural**, provinha justamente da falta de sistematicidade e reflexividade dos relatos empregados pelos antropólogos, normalmente cheios de etnocentrismo e preconceitos diversos contra os povos do mundo não europeu. Muito frequentemente, estes relatos indiretos enfatizavam apenas os aspectos mais exóticos e estranhos (para os olhos europeus) das culturas não europeias, como rituais sangrentos e regras de

casamento inusitadas. Obviamente, isto fornecia uma imagem estereotipada e simplificada destes mesmos povos. Com o tempo, no entanto, os antropólogos foram percebendo a necessidade de coletar *in loco* (isto é, em campo), de maneira direta, as informações necessárias para formularem suas generalizações teóricas, o que resultou no nascimento do **método etnográfico**.

Etnografia quer dizer, literalmente, “registro de um povo” (*graphein* e *ethnos*, do grego). Em linhas gerais, trata-se de um conjunto de técnicas de pesquisa desenvolvidas pelos antropólogos e outros cientistas sociais para coletar dados sobre os hábitos, costumes, representações e modos de vida de uma sociedade, extraindo daí os traços mais salientes ou característicos de sua cultura. A essência de toda boa etnografia é o **trabalho de campo de longa duração**, ou seja, o envolvimento direto do pesquisador no cotidiano dos pesquisados, tomando parte em suas atividades de maneira estável e continuada.



Um nome bastante associado ao desenvolvimento da etnografia como método é o do antropólogo polonês de expressão britânica Bronislaw Malinowski (1884-1942), que pesquisou os nativos das Ilhas Trobriand, atual Nova Guiné (Oceania). De acordo com Malinowski, o objetivo da etnografia é tentar enxergar o mundo do nativo através dos seus próprios olhos e entender como as ações fazem sentido dentro de um esquadro local de racionalidade.

Outro nome importante frequentemente associado ao desenvolvimento da etnografia é o de Franz Boas (1858-1942), antropólogo alemão radicado nos Estados Unidos que conduziu uma série de pesquisas de campo entre povos indígenas da América Norte, como os inuítes (também conhecidos como “esquimós”). No espírito do conceito romântico e alemão de cultura, Boas era bastante crítico às escalas de evolução sociocultural propostas pelos evolucionistas como Lewis Morgan (1818-1881), acusando-os de falta de rigor metodológico, generalizações e comparações apressadas.

Assim, para Boas e seus seguidores, como Alfred Kroeber (1876-1960), Ruth Benedict (1887-1948) e Margaret Mead (1901-1978), a história e o desenvolvimento de cada sociedade deveriam ser pensados como uma **trajetória particular**, sem remetê-los necessariamente a uma suposta escala universal de evolução cultural. Juntamente com a Arqueologia e a Linguística, o trabalho de campo etnográfico auxiliaria o antropólogo a compreender e elucidar as origens dessas particularidades, para só depois compará-las com os hábitos, crenças, recursos técnicos e modos de vida das outras sociedades.

Já entre os antropólogos franceses, como Claude Lévi-Strauss (1908-2009) e Philippe Descola (1949-presente), vigora uma espécie de divisão do trabalho antropológico em três etapas: **(1) etnografia**; **(2) etnologia**; e **(3) antropologia** propriamente dita.

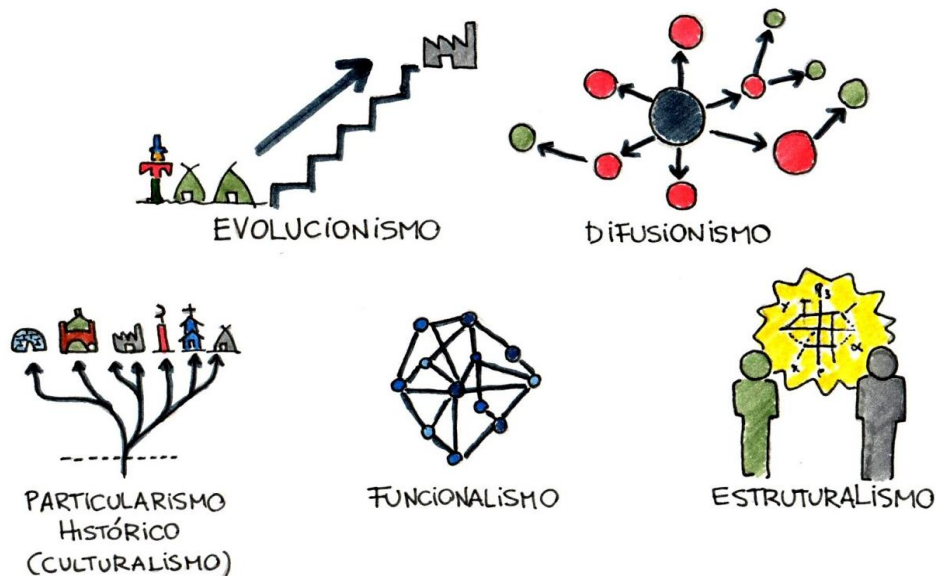
- ✓ **ETNOGRAFIA** – é o momento mais “concreto” do trabalho antropológico, baseado no trabalho de campo de longa duração com a coletividade estudada. Neste momento, o antropólogo entra em contato com a cultura que visa compreender, estabelece relações com indivíduos-chave ou interlocutores privilegiados da comunidade, assim como observa e registra tudo aquilo que vê. Sua atenção está voltada não apenas para os aspectos mais estranhos e salientes da cultura do outro, como rituais e festividades, mas também para a dimensão cotidiana, a divisão de trabalho entre mulheres e homens, velhos e novos, etc. Geralmente, tudo isso é registrado em um diário de campo, instrumento importante para o resgate posterior das experiências vividas.
- ✓ **ETNOLOGIA** – são comparadas diversas etnografias, realizadas entre povos diferentes, porém próximos cultural, geográfica ou historicamente, tendo em vista a identificação de regularidades ou padrões que se repetem em todas estas culturas. Por este motivo, costumamos falar em “etnologia amazônica”, “etnologia siberiana”, “etnologia melanésia” etc., pois cada um destes registros significa um campo de discussões entre antropólogos que realizaram suas etnografias em povos de um mesmo tronco linguístico ou histórico, ou que se situam em uma mesma área de difusão cultural. Também neste momento começam a aparecer coisas interessantes: os antropólogos percebem, por exemplo, que duas sociedades possuem um mesmo mito, mas invertido em sua lógica interna ou com personagens trocados. Como isso se explica? Quem emprestou o mito para quem? Por que motivos ele aparece com um formato no povo A e com outro no povo B?
- ✓ **ANTROPOLOGIA PROPRIAMENTE DITA** – É o momento mais abstrato da pesquisa antropológica, em que o pesquisador, de posse do conhecimento produzido por várias etnografias e etnologias regionais, procura formular leis gerais sobre o fenômeno cultural humano e o funcionamento da cultura em geral. Por exemplo: para formular a hipótese do tabu do incesto, segundo a qual todas as culturas proíbem o casamento e/ou o intercuro social entre parentes muito próximos, Claude Lévi-Strauss (1908-2009) valeu-se do conhecimento sobre regras matrimoniais e comportamentos sexuais contidos



em inúmeras etnografias, de diversas regiões do mundo, e não apenas dos povos do Brasil Central entre os quais realizou seus próprios trabalhos de campo etnográficos.

## ESCOLAS DO PENSAMENTO ANTROPOLÓGICO

Como toda ciência, a Antropologia possui seus debates internos e diferentes paradigmas a respeito do seu objeto de estudo, que é o ser humano enquanto produtor de cultura. Ao longo do tempo, foram se desenvolvendo diferentes escolas de pensamento no interior da disciplina, cada qual baseada em um modo particular de entender e compreender o funcionamento de fenômenos como a transformação, o contato e o conflito cultural, assim como as relações entre cultura, economia e sociedade, indivíduo e coletividade, representações mentais e mundo exterior, etc.



Como vimos, o primeiro grande paradigma da Antropologia, já superado e muito criticado, foi **evolucionismo cultural**, desenvolvido por autores como Lewis Morgan (1818-1881) e Edward Tylor (1832-1917) no século XIX. Esta escola, formada predominantemente por antropólogos “de gabinete” – isto é, que não faziam etnografia – acreditava em uma escala única de evolução cultural da humanidade, que passaria da “selvageria” e “barbárie” até chegar na “civilização”. Não coincidentemente, colocavam a sociedade europeia e norte-americana como exemplo deste último estágio, atribuindo a todas as outras o status de “sobrevivências” de estágios “inferiores” decivilização pelos quais o ocidente euro-atlântico já teria passado.

Outra escola influente ao longo do século XIX e início do século XX foi o difusionismo, segundo o qual algumas culturas mais adiantadas – como a do Antigo Egito – seriam centros irradiadores de inovações técnicas e avanços culturais. Como no caso do evolucionismo, no entanto, o difusionismo

baseava-se pouco no trabalho de campo e valia-se de hipóteses altamente especulativas sobre a difusão de técnicas e outros traços culturais – muitas vezes impossíveis de serem provadas.

Assim, em reação aos problemas gerados pelo difusionismo e o evolucionismo, surgiram dois paradigmas novos nos Estados Unidos e na Europa, ambos baseados na importância da etnografia. Do lado de cá do Atlântico, Franz Boas (1858-1942) e seus seguidores desenvolveram o **particularismo histórico** ou **culturalismo norte-americano**. Como o próprio nome diz, esta escola enfatizava a unicidade de cada cultura e suas particularidades, combatendo etnocentrismo e os abusos metodológicos da comparação desenfreada. Defendiam, neste sentido, que cada sociedade deveria ser analisada tendo como referência sua própria história, e não um esquadro genérico de evolução cultural que ia do mais primitivo ao mais civilizado.

Já do outro lado do Atlântico, alguns antropólogos britânicos e/ou radicados na Inglaterra, como o já citado Malinowski e também Alfred R. Radcliffe-Brown (1881-1955) passaram a defender que o foco da pesquisa cultural deveria se deslocar da **origem** dos traços culturais de cada sociedade (por que tal tipo de casamento? Por que tal estrutura de parentesco?) e pensar sua **função** – ou seja, a que necessidades de ordem biológica, social, emocional, simbólica, etc., esses traços respondem.

Desta maneira, ao estudar a religião cristã, não caberia ao antropólogo responder questões como: “é verdade que Maria deu à luz a Jesus Cristo virgem?”, mas sim: “que tipo de influência sobre a vida social (por exemplo, sobre as relações entre homens e mulheres) a crença na concepção virgem de Maria produz?”. Ou dito de outra forma: “que função esta crença exerce na nossa sociedade?”.

Conhecida como **funcionalismo**, esta escola foi profundamente influenciada pelo trabalho do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), que via a sociedade como uma espécie de organismo mantido coeso e em funcionamento por instituições e representações coletivas. Para o funcionalismo, portanto, todos os aspectos da vida cultural devem ser entendidos em relação uns com os outros, tendo em vista a manutenção da ordem e da coesão social.

Por fim, a partir dos anos 1940, começa a emergir na França um quarto paradigma importante na Antropologia, misturando aspectos oriundos da linguística e do foco durkheimiano sobre as “representações coletivas”, isto é, as ideias comuns sobre as coisas e o funcionamento do universo que perpassam a mentalidade dos membros de uma comunidade. Chamada de **estruturalista**, esta escola defende que a chave para a decifração dos fenômenos culturais é a questão do símbolo e os arranjos formais constituídos pela mente humana para ordená-los de maneira lógica e dotada de sentido.

Assim, pesquisadores como Claude Lévi-Strauss (1908-2009) defendem que haveria uma espécie de maquinário racional ou intelectual comum por trás da imensa diversidade de culturas e tradições históricas, baseado em estruturas lógicas universais da mente humana. Dito de outro modo e guardadas as devidas proporções, é como se houvesse uma espécie de “hardware” universal da mente humana constituído pela natureza que cada cultura preencheria ou faria funcionar a partir de um “software”, isto é, uma programação específica que colocaria em marcha nossa capacidade simbolizadora e produtora de sentido sobre o mundo.

Atualmente, todos esses paradigmas sofrem críticas e complementações por correntes de pensamento mais recentes, como o **pós-colonialismo**, o **feminismo** e o **pós-modernismo**. De maneira g

eral, estes novos paradigmas pregam que o discurso do próprio antropólogo deve ser colocado predominantemente em questão face às suas condicionantes sociais: isto é, antes de falar sobre a cultura dos outros, devo refletir primeiro de que lugar na sociedade eu estou falando, no que diz respeito à minha identidade de gênero, étnica ou cultural.

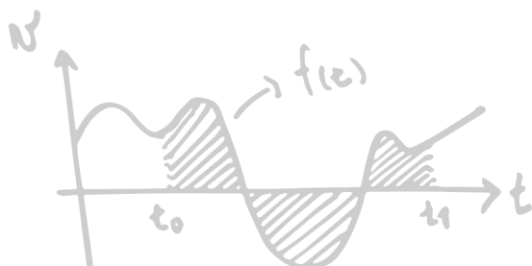
## CULTURA E SOCIEDADE NO BRASIL

Até aqui, falamos bastante sobre pesquisadores e escolas de pensamento estrangeiras. Mas e o Brasil, onde entra em tudo isso?

Devido à sua constituição histórica colonial e multiétnica, o Brasil é um prato cheio para a discussão e o estudo sobre cultura através da Antropologia. Neste sentido, desde o século XIX nosso país tem sido visto com particular interesse pelos estudiosos das Ciências Sociais, tanto nacionais, quanto estrangeiros.

Evidentemente, cada sociedade ou cultura desperta questões antropológicas próprias, dependendo dos aspectos mais salientes da sua história e do seu momento presente. Assim, a etnologia dos povos da bacia mediterrânea (Turquia, Grécia, Norte da África, etc.) sempre foi dominada pelo tema da honra, dada a importância desta categoria para as relações interpessoais e a vida comunitária destas coletividades. Por outro lado, a etnologia siberiana sempre se interessou muito pela questão dos animais na sociedade, haja vista os povos do Ártico serem predominantemente caçadores ou pastores. Mas e no Brasil, o que tem interessado com mais frequência os antropólogos?

Acima de tudo, as relações **étnico-raciais**. Devemos lembrar, neste sentido, que somos um país de origem colonial, formado não só pela tomada europeia de territórios antes habitados por indígenas, como também constituído social economicamente pelo legado da escravidão, cuja abolição se deu apenas em 1888. Desta forma, a integração entre as diferentes etnias no Brasil sempre foi matéria de interesse para as Ciências Sociais.





ESCRAVOS CARREGANDO SENHOR NO BRASIL COLONIAL. GRAVURA DO SÉCULO XIX PINTADA POR JEAN BAPTISTE DEBRET.

Quanto a isso, é importante ressaltar que negros e indígenas são vítimas não apenas de **desigualdades estruturais** no campo **socioeconômico** (salários menores, maior exposição à violência urbana, menores taxas de acesso a serviços como saúde e educação, etc.), mas também **simbólicas** no campo **cultural**. Mais especificamente, a invisibilização e a desvalorização de seus traços identitários como sua música, sua arte, suas crenças religiosas, sua cozinha e seu vestuário tradicional, entre outros.

Por muito tempo, as elites nacionais e o Estado brasileiro apostaram em um modelo de integração étnico-racial de **assimilação**, isto é, de apagamento dos traços mais específicos de cada cultura em prol de uma autoimagem cultural unificada para toda a nação. Por um lado, este modelo, que exaltava a mestiçagem, a mistura e a fusão de traços oriundos de diversas tradições, evitou abusos e modelos de relação étnico-racial mais segregacionistas, como aquele vigente nos Estados Unidos, de forma mais acentuada, na África do Sul da época do *Apartheid*. Por outro lado, no entanto, esta ideologia oficial da mestiçagem acabou por colocar em segundo plano as afirmações identitárias mais específicas, como aquelas defendidas pelo movimento negro e pelos indígenas.

Neste sentido, uma das questões contemporâneas mais emblemáticas no campo das relações étnico-raciais no Brasil diz respeito à ideia de **apropriação cultural**. Por este conceito devemos entender a apropriação de um traço cultural específico de uma população subalternizada e/ou marginalizada pelos estratos mais elevados de uma sociedade, a fim de ressignificá-lo com outros propósitos. Um bom exemplo é o uso de *dreadlocks*, traço importante de algumas culturas africanas (inclusive com

conotações sagradas) e hoje apropriado pela moda para fins comerciais. Outros exemplos são a feijoada e a capoeira, inicialmente desvalorizados como culinária e arte por sua origem entre as populações de escravos e ex-escravos, mas que, desde a década de 1930, foram apropriados pelo Estado e pelas elites culturais tendo em vista a construção de uma identidade nacional “mestiça”.

Como tudo na vida, a apropriação cultural possui um duplo aspecto: por um lado, permite visibilizar traços identitários de populações marginalizadas, como negros, indígenas e os LGBTs. Por outro, sua ressignificação para outros propósitos, mormente comerciais, pode destituí-los de sua carga simbólica identitária, desvinculando-se da forma de vida marginalizada que uma vez representaram e constituíram.

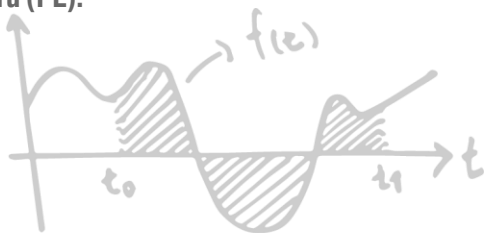
## PROTEGENDO A CULTURA E O PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

Atualmente, existem vários mecanismos nacionais e internacionais de proteção da cultura e salvaguarda do legado material e imaterial da humanidade em suas várias manifestações. Em um contexto de aceleradas transformações devido à globalização e à perda das identidades locais, estes instrumentos são valiosos na preservação dos elementos que, tradicionalmente, têm conferido aos indivíduos e coletividades seu sentido de pertença social e destino comum.

A nível internacional e principal instituição destinada à proteção dos bens culturais da humanidade é a UNESCO, braço das Nações Unidas para a educação e a cultura. A nível nacional, é o IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao Ministério da Cultura. Estas duas instituições estabelecem padrões e protocolos de como determinados traços culturais imateriais (por exemplo, uma festa tradicional) ou materiais (um edifício histórico, uma paisagem emblemática) deve ser protegida e preservada, muito embora não sejam os únicos agentes da conservação do patrimônio hoje existentes. Empresas e Organizações Não Governamentais (ONGs) também podem exercer este papel, assim como o poder executivo municipal e estadual.

O principal mecanismo de proteção do patrimônio cultural existente no Brasil é o tombamento, que apesar do nome, nada tem a ver com derrubar edifícios e construções. Ao contrário, o tombamento é um mecanismo jurídico pelo qual um bem cultural material é reconhecido enquanto tal, tornando-se objeto de políticas de proteção e salvaguarda.

Entre bens materiais tombados podemos citar diversos conjuntos arquitetônicos do Brasil, como as cidades históricas de Minas Gerais e Goiás, assim como o Plano Piloto de Brasília. Da mesma forma, imóveis públicos e particulares de relevante interesse histórico também podem ser tombados, como o Mercado Público de Porto Alegre e os casarões coloniais de Parati (RJ). Já entre os bens imateriais, podemos citar a arte de fazer painéis de barro das artesãs do bairro de Goiabeiras, em Vitória (ES), bem como a procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém do Pará e a Feira de Caruaru (PE).



**PARA SABER MAIS!**

## Livros:

LARAIA, Roque de Barros. "Cultura: um conceito antropológico". Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DESCOLA, Philippe! "Outras naturezas, outras culturas". São Paulo: Editora 34, 2016.

Estes são dois livros introdutórios bastante completos sobre como a Antropologia define, estuda e compreende os fenômenos culturais. O livro de Philippe Descola se baseia em uma conferência feita para estudantes de ensino médio franceses.

## Sites:

<http://portal.iphan.gov.br/>

Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), onde você pode conferir a lista de bens materiais e imateriais reconhecidos pelo estado como parte do patrimônio cultural nacional.

## Filmes e documentários:

"A caverna dos sonhos esquecidos", Werner Herzog, 2010

Neste documentário, o cineasta alemão Werner Herzog vai até a caverna de Chauvet, no sul da França, para retratar algumas das obras de arte mais antigas da humanidade. Para tanto, discute o tema da passagem da natureza para a cultura, assim como as mudanças ocorridas na evolução humana a partir do aparecimento da dimensão simbólica.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL (INEP). Manual de Capacitação para avaliação das Redações do ENEM (2013). Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/arquivos/manual-avaliadorENEM2013.pdf>> Acesso em 23.02.2016.

BRASIL (INEP). A redação no ENEM 2013: Guia do Participante. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2013/guia\\_de\\_redacao\\_enem\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_de_redacao_enem_2013.pdf)>. Acesso em 23.02.2016.

EDITAL Nº 10, de 14 de abril de 2016, ENEM 2016. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/edital/2016/edital\\_enem\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2016/edital_enem_2016.pdf)>. Acesso em 13/07/2016.

